

## **PROJETO DE LEI N.º 5.707, DE 2023**

(Do Sr. Delegado Matheus Laiola)

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena prevista para o art. 32 da referida Lei nas hipóteses de utilização de produtos químicos ou para fins de entretenimento e dá outras providências.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE AO PL-7199/2010.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD



# Projeto de Lei nº de 2023 (Do Sr. Delegado Matheus Laiola)

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena prevista para o art.32 da referida Lei nas hipóteses de utilização de produtos químicos ou para fins de entretenimento e dá outras providências.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. O art. 32 da Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte  $\S 3^\circ$ :

	"Art.
<i>32.</i>	······································
	§
10	
	§1°-
A	
	§







§ 3º Aplica-se a pena prevista no §1º-A deste artigo nas hipóteses de cometimento das condutas descritas no caput com a utilização de produtos químicos ou para fins de entretenimento." (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em de de 2023.

## DELEGADO MATHEUS LAIOLA (União-PR) DEPUTADO FEDERAL







## **JUSTIFICAÇÃO**

A proteção dos animais é fundamental!

Por esse motivo, o legislador constituinte preceituou no artigo 225, § 1º, inciso VII, que:

"Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submeta os animais à crueldade".

Extrai do referido dispositivo constitucional que o constituinte reconheceu o "valor em si" dos animais.

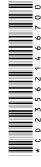
Destaca-se que o ordenamento jurídico brasileiro caminha no reconhecimento dos animais como seres sensitivos tutelados pelo poder público, sendo, pois, sujeitos de direitos, entre os quais a vida e a dignidade<sup>1</sup>.

Nesse sentido, é cediço que a pena prevista para o delito de maus-tratos aos animais, prevista no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais não mais atende aos anseios sociais e à atual condição dos animais de sujeitos de direitos.

Por esse motivo, a majoração da pena quando a meio utilizado se revelar cruel, como com a utilização de

<sup>1</sup> MIRANDA, Aline de Fátima Lima Gomes de, 2018. Os animais de estimação enquanto titulares de direitos na jurisprudência brasileira. JUS. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/70880/os-animais-de-estimacaoenquanto-titulares-de-direitos-na-jurisprudencia-brasileira/2







produtos químicos, ou quando a conduta delituosa objetivar o entretenimento se revela imperiosa.

Destaca-se, por exemplo, a venda de pintinhos coloridos artificialmente em feira popular no Estado de Minas Gerais<sup>2</sup>. Segundo constou em matérias jornalísticas:

"Centenas de pintinhos são comercializados semanalmente em uma feira popular no Bairro Canaã, em Ipatinga. Os filhotes que tiveram sua coloração natural alterada chamam a atenção de crianças e adultos que passaram pelo local (...)

Ainda segundo a especialista, essas aves são tingidas com tintas tóxicas, podendo levar à cegueira, intoxicação, entupimento das vias respiratórias e até a morte.

"Existem dois modos de colorir esses animais, a primeira delas é a tintura injetada no ovo ainda no 18° dia de incubação. Os filhotes podem ser também pulverizados ou mergulhados na tinta, logo que nascem. Essa última técnica é a mais utilizada no Brasil. Feita de uma forma errada, ambas as técnicas são prejudiciais", declara (...)".

Práticas como essa não mais podem ser toleradas! Por isso, a majoração da reprimenda penal se revela essencial.

Posto isso, rogamos aos pares que aprovemos o presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, em de de 2023.

<sup>2</sup> https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2014/08/pintinhos-coloridos-artificialmente-sao-vendidos-em-feira-popular-em-mg.html#:~:text= %E2%80%9CExistem%20dois%20modos%20de%20colorir,a%20mais%20utilizada %20no%20Brasil





## DELEGADO MATHEUS LAIOLA (União-PR) DEPUTADO FEDERAL







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.605, DE 12 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199802-
FEVEREIRO DE 1998	<u>12;9605</u>

FIM	חח	DOCL	IMENTO.	